

# REFORMA AGRÁRIA AGROECOLÓGICA

## CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PROPOSTA ALTERNATIVA

Marcos Antonio B. Figueiredo\*  
Córdoba, 08 de fevereiro de 2005.

### 1. Introdução

Este texto parte da premissa de que a necessidade de uma Reforma Agrária – R.A. para o desenvolvimento do Brasil já está amplamente justificada em diversos trabalhos históricos e outros mais recentes (CARVALHO, 2004; FERNANDES e NETO, 2003/04; RANIERI, 2003).<sup>1</sup> Diante disto se propõe a contribuir com a reflexão sobre R.A. Agroecológica, como uma proposta que consideramos apropriada à realidade do País. A lacuna teórica existente sobre este tema ainda é expressiva, apesar dos avanços verificados na consciência social em relação ao meio ambiente e aos sistemas de produção de base ecológicos. Também do ponto de vista das políticas públicas para os assentamentos rurais, observamos que ainda é dominante o modelo agroindustrial, que degrada e polui os recursos naturais mais escassos e importantes para as comunidades camponesas, como a água, o solo e as árvores.

A R.A. que acreditamos, além de garantir vez e voz aos camponeses, com a democratização do poder de decisão sobre as políticas e a autogestão de suas atividades, deve garantir a conservação dos recursos naturais. Assim, reforma agrária y ecológização dos processos produtivos, andam juntas e são duas necessidades inseparáveis de um modelo de

---

\* Professor do Departamento de Educação da UFRPE e estudante no Programa de doutorado do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos - ISEC da Universidade de Córdoba - ES. Agradecemos a Verônica Araújo da Silva e Lucas S. Figueiredo pela revisão.

<sup>1</sup> Do ponto de vista dos defensores da R.A. poderíamos afirmar que existe suficiente evidência empírica para justificar a mudança da estrutura agrária. Sobre isto Horacio Martins de Carvalho em estudo recente sobre a realidade agrária afirma que Brasil apresenta um índice de Gini de 0,856 (propriedade da terra altamente concentrada); que as grandes propriedades rurais improdutivas correspondem a 59,8 mil e detém uma área total de 166,3 milhões de hectares; que cerca de 200 milhões de hectares de terra ainda não foram apropriadas formalmente e são passíveis de serem incorporadas à exploração agropecuária, florestal e mineral e que existe um público potencial para a R.A. de 6,1 milhões de famílias (CARVALHO, 2004:02). Nesta mesma linha autores como Fernandes e Neto apresentam outros dados que denunciam o desperdício de terras que existe hoje no País. Segundo estes “No Brasil, existem hoje 360 milhões de hectares de terras cultiváveis, mas somente em torno de 100 milhões estão produzindo. Por tanto, existem 260 milhões de hectares que podem ser utilizadas”. (O globo, 5 de Julio de 2003 – Fernandes e Neto 2003/04).

desenvolvimento que se pretenda sustentável. Dentro disto, duas dimensões aparecem como centrais: a do poder político e a do meio ambiente.

Entendemos que a R.A. é, sobretudo, uma proposta de natureza política, estando vinculada às relações sociais de poder que se estabelecem na sociedade. Sendo sua realização e profundidade determinada pela correlação de forças entre os segmentos sociais favoráveis e contrários à proposta. Em outras palavras, o alcance da reforma agrária é determinado pela luta política que se trava no seio da sociedade para mudar ou manter a propriedade da terra, entre latifundiários e camponeses, enquanto segmentos antagônicos e conflitantes.

A questão do meio ambiente está associada a este debate na medida em que os agroecossistemas são construções sociais. São os homens, em relações sociais entre si e com a natureza, que a transformaram e seguirão transformando-a para atender as suas necessidades de consumo e de mercado. Neste sentido, o latifúndio e o agronegócio burguês são expressões da classe dominante e do seu modo de apropriação dos recursos naturais, que historicamente é conhecido pela destruição da natureza e a exploração dos camponeses. Deste modo, a R.A. deve supor transformações na estrutura da terra, nas relações sociais entre os homens e entre estes e a natureza. Para que uma R.A. agroecológica prospere, é necessário mudar as relações sociais entre os homens baseando-se nos antigos princípios humanos de democracia, igualdade, participação e estabelecer uma nova ética para a relação com a natureza.

## **2. Conceito de Agroecologia a partir da Reforma Agrária**

O aparecimento da agroecologia em uma forma letrada é recente, remonta aos anos 70, segundo Susana Hecht (2002). Todavia enquanto a prática agroecológica é muito mais antiga. Estudos com comunidades camponesas na América Latina, África e Ásia mostram que estas manejam sistemas de cultivos complexos, baseados na diversidade, na produção para o autoconsumo e mercado local de forma sustentável, há muito tempo. Entre outros autores, Stephen Gliessman reconhece o importante papel dos camponeses neste assunto, afirmando que “os agroecossistemas tradicionais oferecem exemplos abundantes de práticas agrícolas sustentáveis, e de como os sistemas sociais - culturais, políticos, e econômicos - se encaixam na equação da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2001:566).

Estes agroecossistemas estão baseados em sofisticados sistemas de informação e conhecimento constituído socialmente pelos camponeses a partir de suas interações com o meio onde vivem e trabalham. De acordo com Angel Palerm, citado por Eduardo Sevilla

(s/d), os sistemas agrícolas dos camponeses trazem os elementos constitutivos da proposta agroecológica que em muito se distingue do modelo de agricultura industrial. Neste sentido Palerm foi protagonista em identificar a dimensão socioecológica da agricultura camponesa. Segundo o autor "Angel Palerm foi um dos mais ativos precursores da agroecologia. Em um de seus últimos trabalhos, ao analisar o papel do campesinato no processo histórico escreveu *'resulta evidente que em lugar das hipóteses e práticas de seu desaparecimento se necessita uma teoria de continuidade e uma prática derivada da sua permanência histórica, o campesinato não só subsiste se modificando, se adaptando e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema'*, senão que subsiste também mediante *'as vantagens econômicas frente às grandes empresas agrárias'* que lhe dotam suas diversas formas de produção". Tais vantagens procedem de que *'produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo.'* Afirma ainda, que o professor Palerm conclui este trabalho adiantando uma das bases epistemológicas da agroecologia atual *'O porvir da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Este modelo antagônico à empresa capitalista já tem sua protoforma no sistema camponês'*. (SEVILLA, s/d: 44).

A evolução da agroecologia parece estar relacionada com a interação positiva que existe entre a prática produtiva e intelectual dos camponeses e o trabalho de investigação e sistematização realizado por pesquisadores em diversas partes do mundo. Desta forma a agroecologia se difunde de forma crescente, sendo entendida por Guzmán, Molina e Sevilla como "aquele enfoque teórico e metodológico que utilizando varias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária a partir de uma perspectiva ecológica. (GUZMÁN, 2001:85). Desta maneira, a agroecologia é uma nova ferramenta de análise que é aberta, multidisciplinar e holística em suas abordagens. Diferenciando-se assim, tanto de estilos de agriculturas, como também de disciplinas de ciências agrárias que se caracterizam pela objetividade e por enfoques atomistas e reducionistas que geram interpretações fragmentadas da realidade agrária.

Eduardo Sevilla desenvolveu a partir da práxis de camponeses em assentamentos rurais de Andaluzia – Espanha, uma concepção de agroecologia que nos parece adequada ao contexto da reforma agrária, por projetar um enfoque multidimensional, assim como uma relação entre o local e o global, orientada para a mudança da realidade. Neste sentido, o autor afirma que a agroecologia "Pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos

naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante proposta de desenvolvimento participativo a partir do âmbito da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam a encarar a crise ecológica e social, e com isto enfrentar-se ao neoliberalismo e sua globalização econômica” (SEVILLA, 1999:02).

Partindo desta aproximação conceitual, enfocaremos a seguir alguns aspectos que consideremos constitutivos de uma proposta de reforma agrária agroecológica.

### **3. Considerações sobre o uso da terra: parcelação x usufruto comunal**

De forma geral, o desafio das políticas de reformas agrárias convencionais foi o de transformar o latifúndio em pequenas parcelas campesinas, através da divisão da terra. Isto que caracterizamos como uma transferência de propriedades, de uma grande para várias pequenas, gera inúmeros problemas.

A formação das pequenas parcelas, denominada de propriedades parcelaria, em um processo de R.A. distributiva, segue a lógica de funcionamento da propriedade privada, na medida em que cada camponês, individualmente, tem que assumir responsabilidades integrais sobre o seu lote de terra e responder aos desafios impostos pelo sistema agropecuário nacional. Esta perspectiva individualista endeusada na sociedade moderna, como sinônimo de liberdade, representa um risco para a economia camponesa, na medida em que as pequenas parcelas são mais vulneráveis a dominação econômica e ideológica, sendo mais fácil subordiná-las tanto ao processo de produção como de comercialização capitalista, que ameaçam sua reprodução social.

Em uma R.A. parcelaria o camponês está circunscrito a uma área de terra (parcela), devendo ter o controle sobre ela e a partir dela responder suas necessidades. Não podendo aceder a recursos que existam fora do seu domínio sem a autorização dos seus respectivos donos, outros camponeses ou latifundiários da região. Deste modo, em um assentamento parcelário os camponeses são levados a buscar fora, aquilo que não dispõem em sua parcela como, por exemplo: madeira, água para consumo ou irrigação, sementes, pastos e florestas para completar seu ciclo energético. Desta forma, a R.A. ao fracionar os agroecossistemas, cria um sistema de dependência dentro e fora do assentamento. Sobre este aspecto é interessante observar as proposições de Manoel G. de Molina que identifica na propriedade comunal uma utilização mais democrática dos recursos naturais, conforme afirma "Em este campo, os enfoques agroecológicos deveriam assumir as colocações de alguns ecologistas, especialistas em gestão do meio ambiente,

que tem ressaltado as virtudes das formas de propriedade comunal, não só para o manejo mais eficiente dos recursos (manejo adaptativo proposto por Holling) senão para colocá-los ao alcance de todos os agricultores" (MOLINA, s/d: 31).

De fato, o acesso a terra através de comunidades, com áreas de uso coletivo e familiar, democratiza o uso dos recursos naturais e estimula a construção de alianças estratégicas entre os camponeses para a defesa dos interesses comuns, do trabalho e do meio ambiente. Neste sentido, o ensinamento das antigas comunidades camponesas parece válido diante da atual proposta de R.A. brasileira, que tem favorecido, na maioria das situações, o cultivo agrícola parcelário e individualizado que leva o camponês a uma especialização produtiva e maior dependência do mercado.

Neste sentido, o exercício de repensar a reforma agrária deve combinar o resgate de experiências históricas de comunidades camponesas tradicionais com necessidades de autonomia e participação política dos assentados para se organizarem e defenderem seus interesses. Teodor Shanin, estudioso do campesinato, mostra que as comunas russas realizavam um importante trabalho de proteção diante de seus adversários mais aguerridos, afirmando que "a comuna desempenhava também o papel de uma organização camponesa política de fato, uma proteção coletiva contra o mundo externo hostil, que incluía o latifundiário, a polícia, o cobrador de impostos, o ladrão, o intruso ou mesmo o povoado vizinho" (SHANIN, 1990:26). A respeito do acesso a terra o autor informa que "cada família possuía incondicionalmente uma pequena parcela de terra, a casa e uma horta, mais seu gado e sua maquinaria. A utilização da terra cultivável era atribuída em longo prazo às famílias pela comuna, os prados se resignavam anualmente e, com freqüência, se trabalhavam coletivamente, os pastos e as florestas eram de uso comunal" (SHANIN, op.cit., 26).

O funcionamento da comuna garantia serviços de proteção e acesso igualitário aos recursos naturais, operava a partir de um sistema participativo que distribuía entre os camponeses, diversas atividades estratégicas, sendo todo o processo regido por assembléias de representantes das famílias que "decidiam acerca dos serviços, escolhiam seus próprios agentes e... também voltavam a dividir periodicamente as terras cultiváveis de acordo com algum princípio igualitário, geralmente em relação com a mudança de tamanho das famílias implicadas" (SHANIN, op.cit., 26). A importância das comunas foi reconhecida também por Marx, já em sua fase madura. A partir de seus contatos com intelectuais russos ele fez um giro de sua posição e aceitou as multiplicidades de vias para a transformação social, particularmente no sentido do papel que os camponeses podiam desempenhar neste processo. De acordo com o autor a "comuna primitiva", dialeticamente

restabelecida em um novo e mais elevado bem-estar, ingressou nas imagens de Marx sobre a futura sociedade comunista, uma sociedade na qual uma vez mais, *'Os indivíduos se comportam não como trabalhadores, senão como 'proprietários', como membros de uma comunidade que também trabalha'* (SHANIN, op.cit., 28).

### **3.1. Parcelação e fragmentação do agroecossistema**

Outro aspecto perverso da parcelação é que parte o agroecossistema em pequenos lotes, rompendo com sua paisagem e com a circulação do fluxo de energia entre seus diversos ambientes, reduzindo assim o potencial endógeno que cada um possui, ou seja, sua capacidade de produção. Sobre este assunto, Manuel G. Molina afirma de modo esclarecedor “Qualquer um que conheça minimamente o funcionamento dos agroecossistemas sabe que não se pode fragmentá-lo sem uma grave deterioração de suas qualidades físico-biológicas. Do mesmo modo, qualquer projeto de reforma agrária agroecológica deve transcender o âmbito reduzido da parcela agrícola para propor medidas que afetem ao agroecossistema em seu conjunto” (MOLINA, s/d, 31). O agroecossistema deve ser visto como uma unidade, um todo, com interação positiva entre seus diversos componentes como os rios, lagos, florestas, pastos, campos de trabalhos, etc. A R.A. parcelaria, ao romper com esta lógica, enfraquece o agroecossistema e deixa os camponeses circunscritos a uma parcela, não lhes permitindo contar com a força da natureza para o desenvolvimento dos seus processos produtivos. São induzidos a suprir suas necessidades a partir do mercado. Além do mais, com a ausência da orientação adequada a sua realidade sócioambiental, muitos camponeses são facilmente influenciados pelo padrão tecnológico dominante da agricultura, que se caracteriza pelo desmatamento florestal e pela exploração excessiva dos solos.

Francisco Caporal considera que os problemas ambientais em assentamentos rurais no Brasil estão vinculados ao modelo tecnológico e a dinâmica produtivista que os leva à especialização agrícola para o mercado. De fato, ocorre uma agricolização excessiva que aumenta a pressão sobre os recursos naturais. Para este autor é possível se “verificar um processo de exploração do solo e de demais componentes naturais das áreas reformadas que tendem à exaustão. A erosão dos solos e a derruba permanente da mata (onde existem) permitem identificar mais um elemento inibidor da possibilidade de reprodução das famílias nestas áreas” (CAPORAL, 1994:07).

Por outro lado, acreditamos que uma orientação voltada para o manejo ecológico dos recursos naturais, assim como a implementação de políticas adequadas às condições

socioeconômicas dos camponeses reduziria os impactos ambientais negativos nos assentamentos.

Os casos exitosos neste domínio são frutos da criatividade dos camponeses que interagem com a natureza otimizando os recursos locais disponíveis. Com apoio de organizações sociais, estes têm desenvolvido milhares de experiências que são reconhecidas no cenário nacional por sua capacidade inovativa, e que estão contribuindo para reorientar a co-evolução social e ambiental em direção a agroecologia. Os assentamentos agroflorestais,<sup>2</sup> desenvolvidos por camponeses em distintos Estados do País, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, passando por Pernambuco, entre outros, são bons exemplos nesta direção. Igualmente é o caso dos assentamentos denominados de reservas extrativistas, que são reconhecidas como experiências exitosas pelo próprio governo federal como exemplo de bem-estar social e manejo sustentável dos recursos naturais, que apresentamos a seguir.

### **3.2. O exemplo das Reservas Extrativistas**

A formulação teórica sobre o uso comunal da terra e a conservação do meio ambiente, a que já nos referimos, encontra apoio empírico na realidade rural brasileira, nas reservas extrativistas dos seringueiros dos Estados do Acre e Amapá, na região Norte. Estes lutaram pela indivisibilidade dos recursos naturais e o acesso democrático aos mesmos com o objetivo de assegurar sua conservação. Estes aspectos constituem a base desta experiência exitosa de assentamento.

Depois de anos de lutas contra o desmatamento, conseguiram do governo a posse para usufruírem das terras, sem recorrer à parcelação, como afirmam Leonildes Medeiros e Sérgio Leite “Concebida dessa maneira, essas modalidades de assentamento além de incorporar os aspectos fundamentais das reivindicações dos seringueiros (desapropriação dos seringais, manutenção da estrutura de posse e uso da terra através de instrumentos contratuais coletivos, que evitassem o fracionamento da área e titulações individuais das “colocações”) expressavam uma ruptura radical com o modelo de reforma agrária instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária”. A originalidade da proposta é reconhecida pelos autores que afirmam “uma das dimensões inovadora da proposta de reserva extrativista é a busca da síntese de uma herança cultural tradicional amazônica na relação homem/natureza com as aspirações contemporâneas em prol da conservação do meio ambiente (LEITE e MEDEIROS, 2002:13). A conjugação dos fatores de indivisibilidade da terra e a forma jurídica conferiram às reservas extrativas “uma nova função social para a terra uma vez que define como posse do Estado destinada ao uso temporário de seus ocupantes tradicionais mediante contrato que

---

<sup>2</sup> Ver a respeito o II PNRA, que reconhece como positivo esta nueva modalidade de assentamento. p.31.

regula sua forma de exploração. É em como contraposição à propriedade privada da terra que a proposta de reserva tem enfrentado fortes oposições da classe dominante” (LEITE e MEDEIROS, op.cit., 13).

As experiências das Reservas são relevantes também porque expressam o papel ativo que tiveram os camponeses seringueiros no desenho do modelo de R.A. Suas mobilizações e lutas fizeram com que o Estado reconhecesse suas particularidades e estabelecesse um sistema de acesso e gestão dos recursos naturais inovador para a legislação agrária da época. Isto deixa clara a importância da participação das organizações camponesas, enquanto mediadoras na relação com o Estado, na discussão de que modelo de R.A. é mais adequado a cada ecossistema. O que não parece saudável é o modelo único imposto de cima a baixo, com baixa participação dos camponeses que discutiremos em seguida.

#### **4. Participação camponesa na R.A.**

O tema da participação dos camponeses no processo de R.A. tem relação com nossas raízes históricas, com a estrutura agrária do país, secularmente dominada pelo latifúndio. Este, enquanto um sistema de dominação vertical, com o poder político centralizado, sempre negou aos camponeses o exercício da participação e até da palavra. Paulo Freire, educador brasileiro, sistematizou de forma clara estes elementos a partir de sua convivência com os camponeses brasileiros e chilenos, quando participou da R.A. neste País. Ele afirmou “o latifúndio, como estrutura vertical e fechada, é, em si mesmo, antidialógico. Sendo uma estrutura fechada que obstaculiza a mobilidade social vertical ascendente, o latifúndio implica em uma hierarquia de camadas sociais em que os extratos mais 'baixos' são considerados, em regra gerais, como naturalmente inferiores. Para que estes sejam assim considerados, é preciso que haja outros que desta forma os considerem, ao mesmo tempo em que se consideram a si mesmo como superiores. A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor da terra, por força e prestígio que tem a extensão de sua posse até os homens”. (FREIRE, 1992:48). Como era de se esperar, este sistema de dominação afeta a consciência do camponês, que se sente inferior, oprimido por tanto inseguro no mundo.

Diante desta realidade, a verdadeira reforma agrária ao destruir o latifúndio tem que destruir também sua ideologia que ainda segue existindo na cabeça de muitos camponeses depois de assentado. Estes necessitam construir outra cultura por meio do trabalho cultural educativo, baseada na participação e cooperação. Este processo formativo deve caminhar junto com a luta pela terra, ajudando aos camponeses a ver sua realidade de forma crítica e ir rompendo com os vícios ideológicos do passado. Neste sentido, o trabalho realizado pelo MST é genial, pois tem a educação política de seus militantes como uma atividade prioritária e permanente, que começa desde o acampamento. O número de crianças, jovens e adultos nas escolas é significativo e revelam uma



compreensão mais ampla de um processo de R.A. que não pode restringir-se à conquista da terra pura e simples, sem mudanças efetivas nas mentalidades dos sujeitos envolvidos.<sup>3</sup>

A complexidade da R.A. exige um repensar sobre as metodologias utilizadas. Em geral elas são carregadas pelo centralismo e dirigismo estatal em sua condução, com baixa participação dos camponeses, principais interessados. São os burocratas, desde seus conhecimentos, oficinas e mapas, que estabelecem o processo de distribuição da terra em parcelas praticamente homogêneas. Repensar a R.A. significa estabelecer uma metodologia aberta ao diálogo e à participação autônoma, onde os camponeses sejam sujeitos em sua realização e gestão (Freire, op.cit.). Esta estratégia que leva ao empoderamento das organizações camponesas e a uma relação mais horizontal com os técnicos do governo estabelece melhores condições para o aproveitamento do conhecimento campesino que pode aportar informações mais consistentes sobre o uso dos agroecossistemas, incluindo aí a organização social, o sistema de produção, o manejo dos recursos naturais e a circulação dos produtos.

## **5. Manejo e produção sustentável**

De acordo com Gliessman a agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva, ou seja, que produza colheitas para os seres humanos e ao mesmo tempo recupere e conserve os recursos naturais (GLIESSMAN, op.cit.).

Em nossa perspectiva, esta premissa deve estar no âmbito de um processo de R.A. De modo distinto ao que ocorreu com as reformas agrárias convencionais que estimularam a utilização do padrão tecnológico industrial em busca da maximização produtiva, que causou e causa danos ao meio ambiente como o desmatamento, a contaminação dos solos e a poluição da água, e por consequência aos próprios camponeses e a população em geral, uma nova proposta de reforma agrária deve reorientar a co-evolução dos sistemas ecológicos e sociais em direção a agroecologia. Deste ponto de vista, R.A. e ecologia são partes inseparáveis de uma mesma política, como já dissemos.

Portanto, a sustentabilidade dos sistemas agrários, não é somente uma questão de ordem local, ela tem relações com problemas agrários e enfoques globais mais amplos da economia, da política, etc.

---

<sup>3</sup> Ver a respeito do texto de MORISSANA, M., (2001), entre outros, que revela a existência de toda uma rede de educação que vai desde a construção de uma pedagogia própria, a capacitação de professores, construção de currículo adequados à realidade dos camponeses até a organização e realização de oficinas e cursos de formação técnica, de carreira universitária e de pós-graduação para seus militantes. Segundo este autor o Movimento já possuía por esta época: 1.200 escolas de ensino fundamental; 3.800 educadoras; 150 mil estudantes; 25 educando jovens e adultos; 1.200 educadores de jovens e adultos; e, 250 educadores da ciranda infantil, entre outras iniciativas. Ainda vale citar a Escola Florestan Fernandes, ainda em construção no Estado de São Paulo e que será mais um espaço para formação política dos Sem Terra no Brasil.

Neste sentido, as ações locais devem estar articuladas às perspectivas amplas de mudanças na sociedade. O professor José Manuel Naredo, analisando esta problemática em artigo sobre a reforma agrária em Andaluzia, disse o seguinte: “Nestas condições, os problemas agrários exigem, cada vez mais, ser tratados com um enfoque global que permita racionalizar as relações entre sistemas econômicos e sistemas ecológicos para os que deles dependem, reorientá-los efetivamente para o único motivo que os justifica: manter e enriquecer a vida humana. Não se trata de exigir (...) uma agricultura que maximize os rendimentos, senão outra que permita obter um bom rendimento compatível com a qualidade dos produtos, com a estabilidade do ecossistema em que se desenvolve e que seja respeitosa para com a fertilidade do solo, que constitui um dos recursos escassos mais apreciados dos quais dispõe a comunidade” (NAREDO, 1978:221).

Em estes termos, nos referimos a um enfoque sistêmico que combina de forma harmônica dimensões econômicas, sociais e ambientais, que devem estar presente nas atividades agrárias, e que seguramente exige mudanças no padrão produtivo, no sistema de comercialização e alimentário. Um agroecossistema será proporcionalmente mais sustentável quanto maior for à capacidade de integração destas dimensões. Deste ponto de vista, o agroecossistema deve apresentar eficiência econômica, oferecendo produção e renda. Deve conservar e recuperar os recursos naturais como a biodiversidade e a fertilidade do solo, ao mesmo tempo deve melhorar a qualidade de vida das famílias, ampliando sua auto-suficiência alimentaria e sua auto-estima por um tempo indeterminado. Gliessman descreve um agroecossistema sustentável “como aquele que mantém a base de recursos do qual depende, contando com o mínimo de recursos/insumos artificiais vindos de fora do sistema de produção agrícola, que maneja pragas e doenças através de mecanismos reguladores internos e é capaz de se recuperar de perturbações causadas pelo manejo e pelas colheitas” (GLIESSMAN, op.cit., 565).<sup>4</sup>

Este autor considera que o princípio da sustentabilidade está vinculado com as semelhanças entre agroecossistemas e ecossistemas, conforme afirma “quanto maior a semelhança natural e funcional de um agroecossistema com os ecossistemas naturais existentes em uma região biogeográfica, maior a possibilidade de o agroecossistema ser sustentável” (GLIESSMAN, op.cit., 568). Isto é, a sustentabilidade está relacionada com a capacidade dos agroecossistemas de se aproximarem ao máximo de ecossistemas naturais, ou seja, de imitarem a natureza de cada lugar. Deste modo, não há receita pronta ou modelos padrões de sustentabilidade na agricultura.<sup>5</sup> Ela dependerá dos fatores

---

<sup>4</sup> Neste sentido, o autor citado, apresenta algumas características da agricultura sustentáveis: teria efeitos negativos mínimos sobre o meio ambiente; preservaria e recomporia a fertilidade do solo; utilizaria a água de modo que permitisse a recarga dos aquíferos; dependeria principalmente de recursos de dentro do agroecossistema; e, trabalharia para valorar e conservar a diversidade biológica (GLIESSMAN, op.cit., 2001).

<sup>5</sup> Manuel G. de Molina entende que a sustentabilidade é um conceito dinâmico que cambia com o tempo, com o recurso ou recursos que se pretende gestionar o conservar, com sua escala parcial e temporal, isto é com as

endógenos de cada local, onde os camponeses exercerão um papel determinante, discutindo os problemas, detectando soluções para cada realidade e participando dos processos de mudanças. Desta maneira, os modelos de produção e manejo dos recursos naturais nos assentamentos devem ser frutos de uma ação social coletiva, baseadas em experiências dialógicas entre camponeses e técnicos, sempre orientada pelo “farol” da sustentabilidade, como disse Miguel Altieri.

No obstante, as experiências agroecológicas desenvolvidas por camponeses, no seio dos assentamentos, ainda apresentam um grau de dispersão, elas têm elementos metodológicos e, potencial que podem subsidiar a construção de uma R.A. agroecológica. Elas constituem uma enorme diversidade temática que inclui: o manejo dos recursos e a circulação dos produtos, que implica entre outras coisas, no resgate de sementes, formação de banco genético, recuperação de cobertura vegetal, conservação do solo, da água, organização de associações e cooperativas para compra e venda de produtos por meios de circuitos alternativos de comercialização, como as feiras e tendas gerenciadas pelos próprios camponeses para oferecer à população das cidades produtos saudáveis de alto valor nutricional.

## **6. Circulação alternativa dos produtos**

A construção de mercados locais para comercialização alternativa de produtos agropecuários limpos acompanha o próprio desenvolvimento de sistemas de produção ecológicos. Estes, na medida em que foram evoluindo e ampliando seu volume de produção, se constituíram em uma oferta para os consumidores urbanos preocupados com a qualidade dos alimentos. Este processo se insere na óptica de criação de mercados locais descentralizados, que ao aproximar produtor com consumidor reduz gastos com energia na refrigeração e transporte de alimentos por largas distâncias que são características do sistema agroalimentar mundial.

Como era de se esperar, a comercialização direta apresenta vantagens importantes para a economia e o meio ambiente. De acordo com Buttel “a descentralização do sistema alimentar implica em uma série de conseqüências econômicas e ecológicas. A descentralização implicaria no incremento da comercialização direta dos produtos alimentícios, um aumento da participação de cooperativas comunitárias ou de agricultores-consumidores (ou outra organização parecida), assim como uma tendência para uma maior auto-suficiência regional e ao aumento da diversidade de cultivos” (BUTTEL, 1979:294).

---

preocupações de cada época, com o desenvolvimento do conhecimento científico, com o nível tecnológico e com o nível atual de conhecimento de como funcionam os ecossistemas. A sustentabilidade é mais um processo que um estado, um objetivo a alcançar que o retorno ao equilíbrio ideal (MOLINA, op.cit., 22).

Para os camponeses, os canais alternativos de comercialização representam a possibilidade de enfrentar e romper com esquemas de dominação, impostos pelo mercado capitalista, que através comerciantes intermediários exploram o seu trabalho. A circulação direta de produtos como ocorre em feiras de ruas ou em tendas, oferece a possibilidade de incremento na renda dos camponeses que reflete diretamente na qualidade de vida. Do ponto de vista ambiental existem também reflexos positivos como disse Buttel, pois os camponeses são estimulados a diversificar e processar seus produtos para atender a demanda variada dos consumidores. Isto representa muitas vezes, a necessidade de reorientar as atividades agropecuárias com o objetivo de potencializar o sistema produtivo. Ao mesmo tempo em que a transformação dos produtos gera um conjunto de novas tarefas para outros membros da família, gerando postos de trabalhos para os jovens e mulheres que passam a atuar diretamente na composição da renda da unidade de produção.

Todo este processo se insere em um quadro de mudanças, com rupturas nas antigas formas de comercialização. Estas se concretizam de forma gradual e coletiva com participação de camponeses e consumidores, por meio de associações e cooperativas, e com apoio de Ongs e movimentos sociais. A construção de laços de confiança, solidariedade e respeito entre produtores e consumidores se materializam através dos contatos semanais nas feiras, reuniões, oficinas e visitas à propriedade e outras atividades sociais.

Informações de Morissana (2001) revelam que já existiam nos assentamentos do Brasil unidades agroindustriais que envolviam matadouros de bovinos, suínos e aves, laticínios, despoldadora de frutas, diversos tipos de moinhos e casa de farinha, processadora de café, castanha de caju, cana de açúcar, grãos e frutas, além de herbários (MORISSANA, 2001:236). Estes produtos têm como destino o "mercado especial" denominado de feiras da reforma agrária, espaços agroecológicos, entre outros. De acordo com Francisco Caporal já havia em 2002, cerca de 140 pontos de comercialização alternativa no Rio Grande do Sul. Em Pernambuco existem mais de uma dúzia de feiras com significativo número de participantes, para ficarmos apenas nestes dois exemplos.<sup>6</sup> O impacto econômico e social de este processo foi percebido em uma investigação realizada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, durante os anos de 1998 e 1999, que revelou um aumento na renda dos camponeses que participam de uma feira na cidade de Recife. Os dados indicam uma alta de dois a quatro salários mínimos, representando assim uma melhora direta e substancial na renda mensal e na qualidade de vida das famílias envolvidas no trabalho.

---

<sup>6</sup> Recentemente camponeses dos assentamentos Serrinha e Águas Claras, através de sua associação denominada de Aflora e com assessoria do Centro Sabiá, criaram mais uma feira de produtos ecológicos, que funciona semanalmente, oferecendo a população do município de Ribeirão produtos in natura e processados de diversos tipos (Centro Sabiá, 2004:03).

## 7. Considerações finais

A proposta da R.A. agroecológica, que tem como objetivo promover o acesso democrático a terra, a conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que busca fortalecer as comunidades camponesas, reúne as condições para enfrentar a atual crise socioeconômica e ecológica que existe no meio rural brasileiro. Evidentemente que a sua implementação depende da reorientação das políticas públicas de desenvolvimento rural, mas está, sobretudo, relacionada com o desenvolvimento de uma ação social camponesa que, através de seus movimentos sociais, devem assumir o lugar de protagonistas neste processo. As milhares de experiências exitosas realizadas pelos camponeses no interior dos assentamentos são um sinal do potencial que possuem para mudar a realidade. Neste sentido, estudos recentes sobre assentamentos rurais já demonstraram a força da agricultura camponesa para gerar impactos positivos desde o nível local até regional.

Afinal, vale ressaltar que a participação dos camponeses numa reforma agrária agroecológica e descentralizada resultará na formulação de propostas mais adequadas, com respeito às diversidades sócio-ecológicas de cada local. Ao lado disto, também é fundamental insistir no compromisso político dos técnicos, que enquanto educadores devem animar o processo com base no diálogo e na afetividade que todo processo de transformação exige.

## Bibliografia

- BUTTEL, F. H.** (1979). *Estructura Agraria y Ecología Rural: Hacia una política económica del desarrollo rural*. Agricultura y Sociedad, nº. 13. Ministerio de Agricultura. Madrid, España.
- CAPORAL, F. R.** (1994). *A Questão Tecnológica na Realidade dos Assentamentos de Reforma Agraria – RS: Anotações para debate*. Mimeo. Emater, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Brasil.
- CAPORAL, F. R.** (1998). *Reforma Agraria y Medio Ambiente em Brasil: Elementos para el debate*. Instituto de Estudios Transnacionales de Córdoba. Revista Inetemas. Ano V, numero 13. Córdoba España.
- CARVALHO, H.M.** (2004). *A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil*. Mimeo.
- CENTRO SABIA**, (2004). *Ribeirão tem feira orgânica*. In: Dois Dedos de Prosa. Nº. 42. Setembro. Recife. PE. Brasil.
- FERNANDES, M. B. e NETO C. C.** (2003/04). *Das Ocupações de Terra à Reforma Agrária - Territorialização, Renda Capitalizada e Sobre Trabalho*. In: Revista Margem Esquerda: Ensaio Marxistas, Boitempo, Nº. 02, p. 83-94. São Paulo.
- FIGUEIREDO, M.A.B.** (1999). *Políticas Públicas para Pequena Produção Rural: Um estudo sobre o PAPP no Município de Bom Jardim - PE*. UFPE. Tese de Mestrado. Recife. PE. Brasil.
- FIGUEIREDO, M.A.B. e TAVARES, J.** (2003). *Agrofloresta: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais da Mata Atlântica*. In: Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Org. Jorge Tavares. Edições Bagaço. Recife. Brasil.
- FREIRE, Paulo.** (1992). *Extensão ou comunicação?* Editora Paz e Terra, 10ª. Edição. São Paulo. Brasil

- GLIESSMAN, S. R.** (2001). *Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 2ª. Edição, Editora da UFRGS, Porto Alegre – RS. Brasil.
- GUZMÁN, et al.** (2001). *Introducción a Agroecología como Desarrollo Rural Sustentable*. Editorial Mundi - Prensa. Madrid. España.
- HECHT, S. B.** (2002). *A evolução do pensamento agroecológico*. In: *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Miguel Altieri. Editora Agropecuaria, Guaíba. Rio Grande do Sul. Brasil.
- MDA/INCRA**, (2003). *II Plano Nacional de Reforma Agraria*. Brasília. Brasil.
- MEDEIROS, L. S. de e S. LEITE.** (2002). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil - Processos sociais e políticas públicas*. Ed. da Universidade. UFRGS. RS.
- MOLINA, M.G. (s/f)**. *Las Experiencias Agroecológicas y su Incidencia en el Desarrollo Rural Sostenible. La necesidad de la agroecología política*. Mimeo, Universidad Pablo Olavide, Sevilla. España.
- MORISSANA, M.,** (2001). *Historia de luta pela terra e o MST*. Expressão Popular, São Paulo. Brasil.
- RANIERI, S.B.L.** (2003). *Retrospecto da Reforma Agraria e no Mundo*. In: *A qualidade dos assentamentos da reforma agraria Brasileira*, coordenado por Gerd Sparovek. USP / MDA / FAO. Brasília. Brasil.
- SEVILLA, E. G.** (s/d). *Los Marcos Teóricos del Pensamiento Social Agrario*. Mimeo. ISEC, Universidad de Córdoba - España.
- SEVILLA, E. G.** (1999). *Asentamientos Rurales y Agroecología en Andalucía*. Mimeo. ISEC, Universidad de Córdoba - España
- SHANIN, Teodor.** (1990). *El Marx Tardío y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo*. Editorial Revolución. Madrid, España.
- TAVARES, J. R.** (2004). *Procesos educativos para la construcción e implementación de la agroecología y el desarrollo rural sostenible en la Zona de la Mata de Pernambuco*. Suficiencia Investigatoria. Mimeo. ISEC. Universidad de Córdoba. España.